

CONTRATO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, de um lado o **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 03.636.146/0001-16, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº 2473, 1º andar, bairro Bosque, nesta cidade de Rio Branco (AC), adiante denominado abreviadamente **SENAC** ou **CONTRATANTE**, neste ato por seus representantes legais ao final assinados; e, de outro lado, **VIP MULTISERVIÇOS E CONSULTORIA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 08.759.521/0001-39, com sede na Rua Major Jenor, nº 50, sala 01, bairro Distrito Industrial, na cidade de Rio Branco (AC), adiante denominada abreviadamente **CONTRATADA**, representada por seu procurador devidamente habilitado pela Procuração Pública registrada no livro 0563-P, folha 013 do 1º Tabelionato de Notas e 1º Ofício de Registro Civil da Comarca de Rio Branco-AC, LUIZ IVAN DA SILVA ARAÚJO, brasileiro, contador, casado, RG nº 596.270 SSP/RO e CPF nº 516.953.832-49, residente e domiciliado na cidade de Rio Branco (AC), resolvem celebrar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO – Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços agente de portaria emprego de equipamentos necessários, para atendimento às demandas da unidade de Rio Branco, conforme especificações constantes do Pregão Eletrônico nº 024/2021, que para todos os fins de direito constitui parte integrante do presente instrumento, independentemente de transcrição.

Parágrafo Primeiro – Na execução do presente contrato, a CONTRATADA disponibilizará:

Nº LT	DESCRIÇÃO	MED.	QTD.	VALOR MENSAL. R\$
01	Agente de Portaria 12 (doze) horas diurnas , de segunda-feira a domingo, na escala de revezamento de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas, para prestação do serviço no CEP do SENAC no município de Rio Branco	Posto	01	5.741,48
	Agente de Portaria 12 (doze) horas noturnas , de segunda-feira a domingo, na escala de revezamento de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas para prestação do serviço no CEP do SENAC no município de Rio Branco	Posto	01	6.757,12
VALOR MENSAL TOTAL				12.498,60

Parágrafo Segundo – O início da prestação dos serviços iniciará em 13/10/2021 na seguinte localidade do SENAC: **Centro de Educação Profissional do Senac Rio Branco/AC**: Rua Alvorada, nº 777, Bosque, na cidade de Rio Branco (AC).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – Na execução deste Contrato serão observadas as seguintes disposições pela CONTRATADA:

- fiscalizar a guarda do patrimônio do CONTRATANTE, notificando a pessoa competente a respeito da entrada/saída de pessoas não autorizadas ou qualquer movimentação suspeita;
- fiscalizar a saída de bens patrimoniais do CONTRATANTE, notificando a pessoa competente sobre qualquer tentativa de retirada de material pertencente ao CONTRATANTE sem a respectiva autorização;
- colaborar com a segurança pessoal dos empregados, alunos e visitantes do CONTRATANTE, notificando a pessoa competente ou autoridade policial para atender eventual ocorrência;

- d) controlar o fluxo de pessoas, recepcionando, identificando, orientando e encaminhando-as para as localidades desejadas;
- e) acompanhar pessoas e materiais aos locais designados;
- f) impedir o acesso de vendedores e atividades comerciais junto ao posto, nas suas imediações, ou que impliquem ou ofereçam riscos à segurança das instalações, empregados e visitantes;
- g) realizar rondas periódicas, percorrendo os ambientes do CONTRATANTE sistematicamente, segundo intervalos e itinerários definidos pela fiscalização do contrato;
- h) adotar as providências recomendadas pelo CONTRATANTE em caso de princípio de incêndio, como, por exemplo, acionamento da central de alarme, contato com o Corpo de Bombeiros, entre outros;
- i) verificar se as portas e janelas foram fechadas após o encerramento do expediente.
- j) guardar qualquer objeto particular porventura encontrado em suas rondas;
- k) manter-se no posto sem se afastar de seus afazeres principalmente para atender chamadas ou cumprir tarefas solicitadas por pessoas não autorizadas;
- l) repassar para o agente de portaria que está assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações e normas, bem como eventuais anomalias observadas;
- m) atender e efetuar ligações telefônicas;
- n) receber, anotar e transmitir recados;
- o) informar à pessoa competente todo e qualquer tipo de atividade comercial que contrarie as normas do CONTRATANTE;
- p) impedir o acesso de qualquer pessoa que esteja vestindo traje incompatível com o ambiente de trabalho. Entretanto, poderá ocorrer a entrada quando ficar caracterizada situação de emergência, com potencial risco de vida e reconhecida necessidade de pronto atendimento/socorro médico;
- q) identificar pessoas estranhas ao quadro de pessoal que estiverem nas dependências do CONTRATANTE, seguindo as orientações da fiscalização deste contrato;
- r) conferir e passar para o substituto a relação de objetos sob sua guarda;
- s) manipular o sistema de controle de acesso de pessoas, mediante acesso a software instalado em computador localizado na portaria, realizando as seguintes atividades:
 - s.1) cadastramento de visitantes, por meio do registro de dados pessoais e captura de fotos e impressões digitais;
 - s.2) concessão de cartões de acesso para visitantes;
 - s.3) concessão de cartões provisórios para empregados nos casos de perdas ou esquecimentos dos cartões principais;
 - s.4) recolhimento dos cartões nas urnas das catracas de controle de acesso;
- t) responsabilizar-se pela integridade dos bens móveis e imóveis do CONTRATANTE durante todo o período em que estiverem sob sua guarda, obrigando-se a promover a reposição dos prejuízos porventura verificados no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação efetuada pelo CONTRATANTE, sob pena de desconto na fatura imediatamente vincenda;
- u) manter sigilo sobre os dados pessoais, hábitos e rotinas dos empregados e visitantes do CONTRATANTE;
- v) registrar, em termo próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, adotando as providências necessárias à regularização das falhas ou impropriedades observadas;
- w) realizar outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade.

Parágrafo Primeiro – Caberá à CONTRATADA utilizar, na execução deste contrato, pessoal com escolaridade mínima de ensino médio completo ou equivalente e conhecimentos de informática em nível básico, compreendendo editores de texto, planilhas eletrônicas e navegação na internet.

Parágrafo Segundo – Caberá à empresa CONTRATADA o fornecimento de todos os itens de uniformes nas quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços.

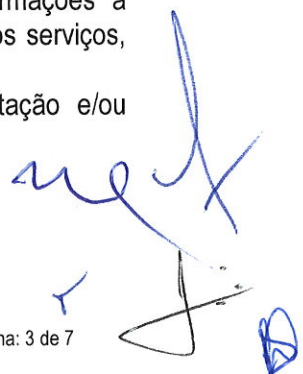
Parágrafo Terceiro – Caberá à CONTRATADA acompanhar os serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos trabalhos, fiscalizar e orientar o pessoal envolvido na execução dos trabalhos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO SENAC – Constituem obrigações do CONTRATANTE, além de outras previstas ou decorrentes do Contrato, as seguintes:

- a) permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA em suas dependências, para fins de realizar a prestação dos serviços contratados;
- b) fornecer a CONTRATADA todas as informações necessárias à execução do serviço contratado;
- c) indicar à CONTRATADA o funcionário que ficará responsável pela fiscalização da execução do presente contrato;
- d) acompanhar, fiscalizar, conferir e proceder a aceitação do serviço executado pela CONTRATADA;
- e) registrar, em termo próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando ao encarregado da CONTRATADA o que for necessário com vistas à regularização das falhas ou impropriedades observadas;
- f) efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, de conformidade com o previsto neste instrumento;
- g) sustar qualquer serviço que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária e ainda, notificar a CONTRATADA a restabelecer e manter a regularidade contratual sob as penalidades aplicáveis;
- h) rejeitar a prestação dos serviços, objeto do presente instrumento, por terceiros;
- i) comunicar à CONTRATADA acerca de quaisquer alterações relativas ao objeto deste contrato;
- j) executar em comum acordo e através da CONTRATADA quaisquer alterações no efetivo, normas, procedimentos e demais peculiaridades pertinentes à execução do objeto deste Contrato, inadmitindo-se ordens diretas de alterações aos empregados da CONTRATADA; e
- k) executar sindicância, ou outro instrumento pericial adequado para apuração de responsabilidades se, ao seu juízo, tal medida for julgada necessária.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO – Em contraprestação aos serviços ora contratados, o CONTRATANTE pagará mensalmente à CONTRATADA a quantia de **R\$ 12.498,60 (doze mil quatrocentos e noventa e oito reais e sessenta centavos)**, até o dia 25 de cada mês imediatamente subsequente ao vencido, com base na Nota Fiscal previamente entregue pela CONTRATADA, condicionado à entrega dos seguintes documentos:

- a) comprovante do pagamento dos salários dos empregados utilizados na prestação dos serviços, relativo ao mês a que se referir o pagamento;
- b) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão conjunta expedida pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, da sede da empresa (Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 02/10/2014);
- c) prova de regularidade com o FGTS relativa ao mês a que se referir o pagamento;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, correspondente ao ISS;
- e) prova de pagamento integral das obrigações trabalhistas relativas ao mês da prestação dos serviços, bem como das demais obrigações (férias, décimo terceiro, indenizações trabalhistas etc);
- f) prova de recolhimento integral do FGTS dos funcionários e prestação de informações à Previdência Social, através da GFIP relativa ao mês a que se referir a prestação dos serviços, acompanhada de protocolo de envio de arquivos;
- g) comprovante de fornecimento integral dos vales-transporte e dos vales alimentação e/ou refeição, referente ao mês da prestação dos serviços;



- h) resumo do controle de frequência de seus empregados, constando os afastamentos e as correspondentes coberturas;
- i) comprovante de pagamento do 13º salário, quando for o caso; e
- j) resumo dos períodos de concessão de férias dos empregados e o correspondente pagamento do adicional de férias.

Parágrafo Primeiro – No valor acima já se encontra incluído todo e qualquer imposto ou taxa devido pela CONTRATADA em razão da execução deste Contrato, não sendo devido pelo CONTRATANTE o pagamento de qualquer acréscimo sobre o mesmo.

Parágrafo Segundo – Os pagamentos serão realizados através depósito/transferência bancária na conta indicada pela CONTRATADA, sendo expressamente vedada a emissão de boletos bancários.

Parágrafo Terceiro – O CONTRATANTE efetuará as retenções dos encargos trabalhistas/previdenciários e quaisquer outros que incidem ou venham a incidir sobre cada pagamento realizado, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo Quarto – Não será admitida antecipação de pagamento de qualquer natureza ou negociação de títulos com instituições financeiras.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA não receberá pagamentos:

- a) enquanto houver pendências de obrigações que tenham sido impostas em virtude de penalidades ou inadimplemento. Cessadas estas causas, os pagamentos serão retomados sem que haja qualquer direito à atualização monetária; e/ou
- b) enquanto não for entregue toda a documentação exigida pelo SENAC.

Parágrafo Sexto – O preço acima pactuado poderá ser corrigido em decorrência de aumento do custo relativo à remuneração da categoria profissional, por força de dispositivos legais, dissídio coletivo, convenção coletiva ou acordo coletivo, cabendo à CONTRATADA fornecer cópia do respectivo instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA – O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, mediante formalização de aditivo, observado o limite de 60 (sessenta) meses previsto no art. 26, parágrafo único, da Resolução Senac nº 958/2012, do Conselho Nacional.

CLÁUSULA SEXTA – DO USO DE UNIFORMES – As pessoas empregadas na prestação diária dos serviços ora contratados deverão estar devidamente uniformizados, cabendo exclusivamente à CONTRATADA o respectivo fornecimento.

Parágrafo Primeiro – O uniforme será composto da seguinte forma:

- a) terno masculino, gravata, camisa social, par de meias e par de sapatos na cor preta;
- b) terno feminino, lenço, camisa social, laço para cabelo com rede na cor preta, par de meias $\frac{3}{4}$ ou meia-calça e par de sapatos na cor preta (scarpin, estilo boneca ou outro a critério da CONTRATADA).

Parágrafo Segundo – O descumprimento desta exigência importará na aplicação de multa a CONTRATADA correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal devido pela prestação desses serviços, por cada empregado e por cada dia que trabalhar sem estar devidamente uniformizado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA IDENTIFICAÇÃO – Todos os empregados da CONTRATADA utilizados na prestação destes serviços deverão portar crachás de identificação da mesma, em local visível de seus uniformes, sob pena de incorrer esta em multa.

Parágrafo Único – O descumprimento desta exigência importará na aplicação de multa a CONTRATADA correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal devido pela prestação desses serviços, por cada empregado e por cada dia que este trabalhar sem o crachá.

CLÁUSULA OITAVA - DAS FALTAS – Em caso de falta de qualquer empregado ao serviço, caberá à CONTRATADA promover a imediata substituição, sob pena de lhe ser descontado a quantia correspondente a 1/30 do valor mensal do contrato, por falta verificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ENCARGOS – É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o pagamento e recolhimento de todo e qualquer tributo, taxa, bem como encargos sociais, quer seja de natureza federal, estadual ou municipal, que venha a incidir sobre o exercício de suas atividades, ficando obrigada a fazer prova desses recolhimentos, sempre que o CONTRATANTE o solicitar, sob pena de ter retido o pagamento dos serviços ora contratados.

Parágrafo Único – Caso fique comprovado que a CONTRATADA não vem cumprindo com suas obrigações tributárias e sociais, o CONTRATANTE fica desde já autorizado a efetuar, em nome da CONTRATADA, o pagamento do pessoal utilizado na prestação dos serviços ora contratados, além dos encargos sociais incidentes, bem como o ISS devido sobre a fatura mensal, descontando este do valor que for devido à mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA – A CONTRATADA assume inteira responsabilidade sobre todos os equipamentos e mobiliários que guarnecem a unidade objeto dessa prestação de serviços, obrigando-se a repor o que desaparecer ou for danificado por qualquer de seus empregados, seja por imprudência, negligência ou imperícia dos mesmos.

Parágrafo Único – Comprovado o desaparecimento ou o dano, a CONTRATADA se obriga a efetuar a reposição no prazo máximo de cinco dias úteis, a partir da comprovação ou da comunicação escrita.

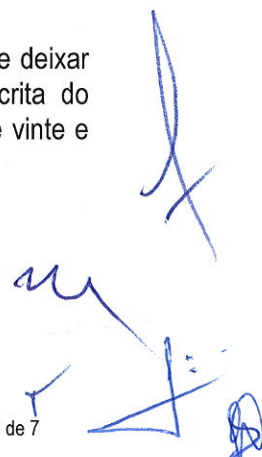
CLÁUSULA ONZE - DAS INSTRUÇÕES DOS EMPREGADOS – A CONTRATADA se compromete a instruir seus empregados no sentido de que estes estão terminantemente proibidos a fazerem uso do telefone, principalmente em casos de interurbanos, sob pena de serem afastados da prestação do serviço. A proibição é extensiva aos equipamentos de informática.

Parágrafo Único – A exceção é feita em caso de ligações locais, nos casos de emergência ou de necessidade do serviço, quando deverá o empregado procurar o fiscal do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DOZE- DAS PROIBIÇÕES – A CONTRATADA deverá proibir seu pessoal a fazer uso de rádios ou outros equipamentos que produzam barulho, bem como a evitar conversas supérfluas no local de trabalho e durante o expediente de funcionamento do CONTRATANTE.

CLÁUSULA TREZE - DAS SUBSTITUIÇÕES – Caso o CONTRATANTE constate que algum empregado da CONTRATADA não vem executando os serviços com zelo, dedicação e eficiência, ou vem se portando de maneira inconveniente, ferindo os termos deste contrato, poderá solicitar a sua substituição, indicando ou não o motivo porque o faz, ficando a CONTRATADA obrigada a efetuar a troca, no prazo de vinte e quatro horas.

CLÁUSULA QUATORZE - DAS RECLAMAÇÕES DOS SERVIÇOS – Qualquer serviço que deixar de ser executado ou que não for executado a contento será alvo de reclamação escrita do CONTRATANTE, ficando a CONTRATADA obrigada a executá-lo ou corrigi-lo, no prazo de vinte e quatro horas, contados do recebimento da reclamação.



CLÁUSULA QUINZE- DA RESCISÃO – O presente contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

- I – A qualquer tempo, por iniciativa de qualquer das partes, mediante comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- II – Automaticamente, independente de notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:
 - a) se a CONTRATADA atrasar por mais de 15 (quinze) dias ou deixar de efetuar o pagamento dos empregados utilizados na prestação dos serviços ora contratados;
 - b) se a CONTRATADA deixar de recolher os impostos e/ou os encargos sociais devidos, em razão de sua atividade fim;
 - c) se a CONTRATADA vier a perder ou tiver suspenso o seu Alvará de Funcionamento junto à Municipalidade;
 - d) ser decretada a falência, concordata, insolvência ou se vier a ocorrer a liquidação extrajudicial da CONTRATADA;
 - e) descumprir a CONTRATADA qualquer das Cláusulas ou condições estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA DEZESSEIS- DAS PENALIDADES – O descumprimento das obrigações ora assumidas sujeitará a CONTRATADA à aplicação das seguintes penalidades, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

- a) advertência;
- b) multa moratória de 1% (um por cento) até o limite de 10% (dez por cento) do valor do valor mensal devido, por dia de irregularidade na prestação dos serviços. Após o 10º dia, os serviços poderão, a critério do CONTRATANTE, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato;
- c) multa convencional de 2% (dois por cento) sobre o valor anual do Contrato, na ocorrência de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, que poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o SENAC, por até 02 (dois) anos;
- e) nos casos especificados no inciso II, da cláusula QUINZE, a CONTRATADA responderá pelo pagamento de multa correspondente a até 5% (cinco por cento) sobre a fatura que ensejou o primeiro descumprimento e até 10% (dez por cento) em caso de rescisão, sem prejuízo das demais sanções previstas e de eventuais perdas e danos.

Parágrafo único – No caso de não-recolhimento do valor da multa, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada do pagamento seguinte a que fizer jus a CONTRATADA.

CLÁUSULA DEZESSETE - DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – Cumpre à CONTRATADA, além das demais condições estipuladas neste Contrato, observar o seguinte:

- a) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
- b) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- c) manter disciplina nos locais de serviço, retirando no prazo máximo de 24 h (vinte e quatro horas) após notificada, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pelo CONTRATANTE;
- d) identificar todos os equipamentos e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com eventuais similares de propriedade do CONTRATANTE;
- e) implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante;


- f) assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seu encarregado;
- g) cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- h) exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados;
- i) fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato, conforme exigência legal;
- j) isentar o SENAC de qualquer vínculo de natureza trabalhista em relação ao pessoal utilizado na execução do presente contrato; e
- k) acatar aumentos ou reduções de quantitativos que venham a ser determinados pelo SENAC.

CLÁUSULA DEZOITO- DO FORO – As partes, em comum acordo, elegem o foro da Comarca de Rio Branco (AC), para dirimir todo e qualquer questionamento advindo da interpretação dos termos e aplicações deste instrumento, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento, em duas vias de igual forma e teor, com as testemunhas abaixo, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Rio Branco (AC), 13 de outubro de 2021

Pelo SENAC:


.....
Leandro Domingos T. Pinto
Presidente do CR
Senac/Acre


.....
Débora Lopes Dantas
Diretora Regional
SENAC / AC

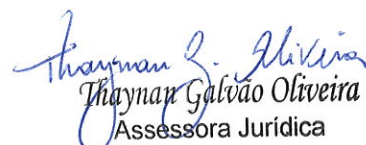
Pela CONTRATADA:


.....
**VIP MULTISERVIÇOS
E CONSULTORIA LTDA**
Luiz Ivan da Silva Araújo
CPF: 516.953.832-49
.....
Luiz Ivan da Silva Araújo

TESTEMUNHAS:


.....
Débora Hileia Moura dos Santos
CPF: 523.697.062-87


.....
Idelcimar de Holanda da Conceição
RG nº 0270988 (SSP/AC)


Thaynan Galvão Oliveira
Assessora Jurídica
OAB/AC 3925

